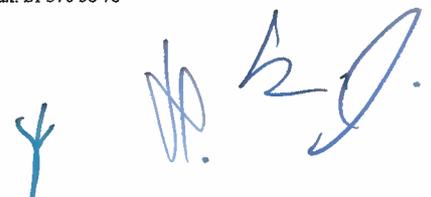


SANTANDER PENSÕES – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO 2019



Índice

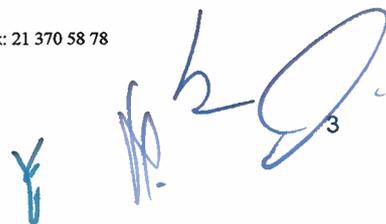
Sumário Executivo.....	3
Órgãos Sociais em funções	4
Estrutura Acionista	5
Enquadramento Macroeconómico	5
Principais indicadores da atividade.....	7
Factos relevantes	7
Perspetivas para 2020	7
Factos relevantes após o termo do exercício.....	8
Proposta de aplicação de resultados.....	8
Nota Final.....	9

Sumário Executivo

A Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Santander Pensões” ou “Sociedade”) é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, constituída por escritura pública de 6 de novembro de 1995.

A Sociedade tem por objeto social a administração, a gestão e a representação de Fundos de Pensões.

Em 2019, o mercado de Fundos de Pensões em Portugal registou um aumento de volume sob gestão, ultrapassando os 20 mil milhões de euros. A Santander Pensões também aumentou o volume sob gestão, de 980.619.845 euros, no final de 2018 para 1.161.312.68 euros, no final de Dezembro de 2019. As comissões líquidas aumentaram cerca de 41% no mesmo período, no entanto o aumento dos custos operacionais não permitiu um aumento do resultado líquido.



3

Órgãos Sociais em funções

Mesa da Assembleia Geral – Mandato 2019/2021

Presidente António Terra da Motta
Secretário Ana Catarina Carvalho Costa Lopes

Conselho de Administração – Mandato 2019/2021

Presidente Joaquim António Aires Mateus de Calça e Pina
Vogal José Manuel Neves (com funções executivas)
Vogal Nuno Miguel de Oliveira Henriques (com funções executivas)
Vogal: Lázaro de Lázaro Torres (não executivo)
Vogal: Jack C. Gustaaf Treunen (não executivo)
Vogal: Sara Fonseca (não executivo)

Conselho Fiscal – Mandato 2019/2021

Presidente PKF & Associados, SROC, Lda, representada por Paulo Jorge Macedo Gamboa
Vogal Rui Alexandre Estrelinha da Silva Glória
Vogal José Francisco Antunes Rodrigues
Suplente José de Sousa Santos

Revisor Oficial de Contas – Mandato 2019/2021

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda.
representada por Isabel Maria Martins Medeiros Rodrigues

Estrutura Acionista

O capital social da Sociedade encontra-se representado por 200.000 ações com um valor nominal de 5 euros cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A., sociedade anónima constituída ao abrigo da lei espanhola, com sede em Paseo de Pereda, números 9 a 12, 39004 Santander, inscrita no Registo Comercial de Cantábria, folha 286, folio 64, do Livro 5º de Sociedades e com o capital social integralmente subscrito de €7.291.170.350,50.

A aquisição da titularidade do capital da Sociedade por parte do atual acionista único ocorreu no ano de 2016, por efeitos de operação de fusão por incorporação, do Banco Santander, S.A. com a sua subsidiária integral Santander AM Holding SL, com sucessão universal do Banco no conjunto de direitos e obrigações existentes na esfera jurídica da referida Santander AM Holding SL.

Enquadramento Macroeconómico

A evolução da economia mundial iniciou uma trajetória de abrandamento sincronizado a partir de meados de 2018, tendência que se manteve até ao final do ano de 2019. A intensificação das tensões comerciais e geopolíticas contribuíram para aumentar a incerteza a nível global, em especial relativamente ao futuro das trocas comerciais e cooperação internacional.

	2018	2019e
PIB EUA	2,90%	2,30%
Inflação EU-	2,50%	1,80%
PIB Zona Euro	1,90%	1,10%
Inflação Zona Euro	1,80%	1,30%
PIB Portugal	2,20%	1,80%
PIB Espanha	2,40%	2,00%
PIB China	6,60%	6,10%
PIB America Latina	1,00%	0,80%

e – estimado
Fonte: Bloomberg

Na Zona Euro, as tensões comerciais refletiram-se num crescimento anémico das principais economias. Na Alemanha e França verificou-se um abrandamento da produção industrial, em particular ao nível do setor automóvel, o qual continuou a adaptar-se a um novo quadro de exigências regulatórias associado aos níveis de emissões de poluentes. Adicionalmente, o impasse associado ao processo de saída do Reino Unido da União Europeia, só debelado no início de Dezembro com a realização de eleições legislativas, e os riscos de uma saída desordenada contribuíram para acentuar o ritmo de desaceleração da atividade económica, assim como atrasar decisões políticas fundamentais para promover a prosperidade e coesão da UE.

Adicionalmente, o panorama político na Europa Continental pautou-se, ao longo de 2019, pelo surgir de diversos focos de tensão: em França, as manifestações contra as novas regras de pensões; na Alemanha, as tensões comerciais sobre setores estratégicos; em Espanha, o longo período

de impasse político, com novas eleições em Dezembro; e, em Itália, a instabilidade política permanente.

Nesta conjuntura económica, o BCE manteve uma política monetária expansionista, em resposta aos ritmos anémicos de crescimento e inflação, mantendo a taxa de juro de referência em 0% e reduzindo em Setembro a taxa de juro de depósito para -0,5%, reiniciando, também o programa de aquisição de ativos financeiros, ao ritmo de 20 mil milhões de euros por mês.

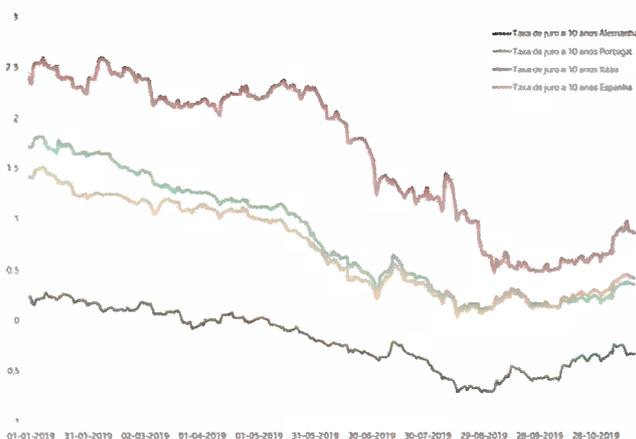
Nos EUA, a economia manteve ritmos de crescimento sustentados, embora em desaceleração, naquela que é uma das mais longas expansões da história. No mercado de trabalho, a taxa de desemprego permaneceu em mínimos, embora sem reflexos ao nível da dinâmica de salários, que permaneceram moderados.

Contudo, o aumento da volatilidade nos mercados financeiros, no quadro da incerteza associada às guerras comerciais, levou a que a Reserva Federal descesse a taxa de juro de referência em 75pb, com cortes em julho, setembro e outubro, para 1,5%, naquela que foi a primeira descida de taxas desde 2008. Refira-se que no início do ano, a orientação de política pela Reserva Federal era ainda de subida das taxas de juro de referência.

Depois de em Maio as negociações entre China e EUA terem sido terminadas por

intransigências negociais dos responsáveis chineses, as últimas semanas do ano trouxeram alguma estabilidade, com o acordo para a fase Um do novo processo a ser obtido.

Em Portugal, a atividade económica abrandou na segunda metade do ano, acentuando o perfil de desaceleração, com as exportações e o investimento a moderarem, invertendo a tendência de crescimento mais forte dos primeiros seis meses do ano. No quarto trimestre, o ritmo de crescimento ter-se-á mantido em linha com o observado no trimestre anterior, embora com o consumo privado a beneficiar do período do Natal. As exportações beneficiaram de um efeito de base, associado à greve no Porto de Setúbal do final de 2018.



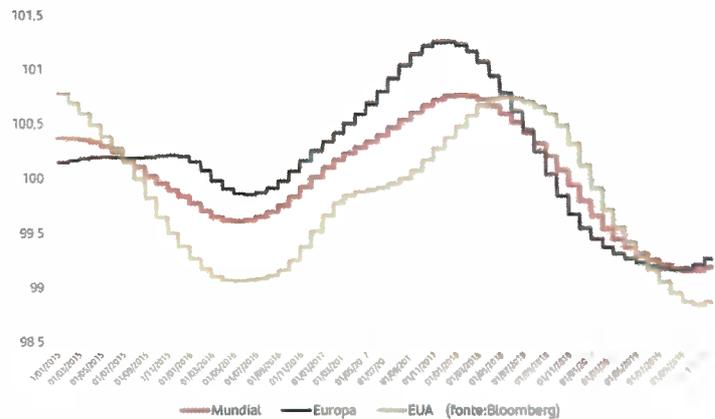
(Fonte: Bloomberg)

posicionar-se nos 194% do PIB (uma redução de mais de 70pp do PIB desde 2012) e o setor público a recuar para cerca de 121% do PIB, no terceiro trimestre de 2019.

O saldo orçamental, em 2019, deverá ser deficitário em cerca de -0,1% do PIB, suportado por uma evolução favorável das receitas fiscais e das contribuições sociais, colocando a carga fiscal em 35,6% do PIB. A despesa pública continuou a crescer, mas a um ritmo inferior ao das receitas, de forma generalizada entre os vários tipos de despesa pública, com exceção dos encargos com o serviço da dívida.

A resiliente conjuntura económica e a correção dos desequilíbrios suportaram uma redução da perceção do risco soberano, refletido nos níveis mínimos registados ao longo de toda a curva de rendimentos. A dívida soberana, no prazo dos 10 anos, cotava nos 0,38% e registava um diferencial de 60 pb face à Alemanha (à data de 20 de Janeiro de 2020). A notação de risco da República atribuída pelas agências S&P, Fitch e Moodys é de BBB, BBB e Baa3, respetivamente. Em outubro de 2019, a agência DBRS reviu o rating para BBB.

Indicadores Avançados OCDE



As condições no mercado de trabalho permaneceram favoráveis, com a população ativa a aumentar, a taxa de emprego próxima de 63% e a taxa de desemprego próxima dos 6%. Assim, os sinais de estabilização do desemprego são evidentes, podendo estabilizar entre 6 e 7%, com um ritmo de crescimento em redor de 1,5%.

A taxa de poupança da economia continuou a subir, tendo atingido, no terceiro trimestre de 2019, 18,6% do PIB, permitindo um reforço da taxa de investimento para 18,3% do PIB. Neste sentido, a economia mantém uma capacidade líquida de financiamento, em redor de 0,3pp do PIB, situação que se mantém desde 2013.

Os níveis de endividamento da economia permanecem numa trajetória descendente, em percentagem do PIB, com o setor privado a

Principais indicadores da atividade (montantes em euros)

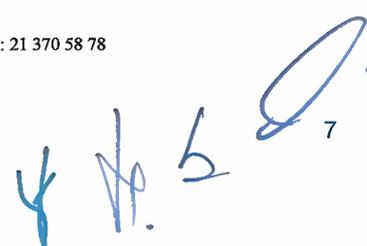
	2019	2018
Balço		
Ativo	3 124 285	5 839 321
Capital Próprio	2 544 021	4 177 820
Demonstração dos Resultados:		
Margem Financeira	2 101	1 696
Serviços e Comissões líquidos	505 356	358 092
Outros resultados	-16 859	-12 930
Produto Bancário	490 598	346 858
Custos Operacionais	-436 600	-267 072
Amortizações e provisões	-8 577	-
Impostos	-29 910	-51 277
Resultado Líquido do Exercício	15 511	28 509
	1 161 312	980 619
Volume sob Gestão	689	845
Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	0,61%	0,68%
Rentabilidade do Ativo (ROA)	0,50%	0,49%
<i>Cost to Income</i>	88,99%	77,00%

O total de volume gerido de Fundos de Pensões passou de 980.619.845 euros, no final de 2018, para 1.161.312.689 euros, no final de dezembro de 2019, e as comissões líquidas aumentaram cerca de 41% no mesmo período, no entanto o aumento dos custos operacionais não permitiu um aumento do resultado líquido.

Factos relevantes

Durante o exercício de 2019 não ocorreram factos revelantes dignos de nota. A Sociedade continuou a aguardar a transferência d gestão do Fundo de Pensões Banif, o que não se veio a verificar até ao final do exercício.

Perspetivas para 2020



Para 2020, a Santander Pensões continuará o trabalho desenvolvido nos últimos anos, nomeadamente, no enfoque na gestão de Fundos de Pensões do Grupo Santander, sendo expectável que o volume sob gestão venha a aumentar no decurso do ano 2020, em resultado da aguardada transferência para a Santander Pensões da gestão do Fundo de Pensões do ex-Banif, após as devidas aprovações regulatórias, processo que se encontra em curso desde 18 de Julho de 2018, data da carta conjunta entre a Real Vida Seguros, a Oitante e o Banco Santander, em que se solicita a Extinção de Quota-parte e posterior Transferência de Gestão do Fundo de Pensões Banif para a Santander Pensões.

É expectável que, no decurso do ano de 2020, exista um alinhamento dos negócios de gestão de ativos em Portugal com o modelo adotado noutras geografias em que o Grupo Santander está presente.

É intenção da Administração proceder à transferência da gestão dos Fundos de Pensões, incluindo o Fundo de Pensões do Banif, após a aprovação da transferência para a Sociedade, para a Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A., prevendo-se deste modo, quando tal ocorrer, o esvaziamento da atividade da Sociedade, conseqüentemente, a respetiva liquidação. Estas alterações estão, no entanto sujeitas, nos casos aplicáveis, à aprovação prévia pelas Entidades de Regulação, não sendo assim possível nesta data determinar se as mesmas irão ocorrer ainda em 2020. Desta forma, a Administração irá manter o desenvolvimento normal da atividade da Sociedade durante o período que for necessário, mantendo a continuidade das operações.

Factos relevantes após o termo do exercício

Não é do conhecimento da Administração que tenham ocorrido factos relevantes após 31 de dezembro de 2019 que tenham impacto nas Demonstrações Financeiras da Sociedade.

Proposta de aplicação de resultados

Não havendo necessidade de reforço de reservas legais o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido do exercício, no montante de 15.511,49 euros seja totalmente transferido para resultados transitados.

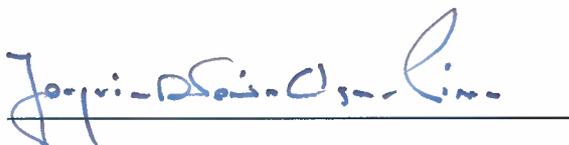
Nota Final

O Conselho de Administração quer reconhecer e agradecer a todos os que contribuíram direta ou indiretamente para os resultados obtidos, nomeadamente:

- À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e à APFIPP, pelo apoio prestado ao longo do exercício.
- Aos colaboradores da empresa pela sua dedicação e esforço.
- Aos associados, pelo empenho no acompanhamento da evolução da Sociedade e pela confiança que nela depositaram.
- Aos órgãos sociais da empresa, revisores oficiais de contas, auditores externos, pela forma interessada como sempre cumpriram as suas funções.

Lisboa, 26 de fevereiro de 2020

O Conselho de Administração



Dr. Joaquim António Aires Mateus de Calça e Pina (Presidente)



Sr. José Manuel Neves



Dr. Nuno Miguel de Oliveira Henriques

(Dr. Lázaro de Lázaro Torres)

(Dr. Jack Gustaaf Treunen)



(Dra. Sara Fonseca)

SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	7	-	-
Ativos intangíveis	8	25 205	-
Total do ativo não corrente		25 205	-
ATIVO CORRENTE:			
Estado e outros entes públicos	18	16 809	14 178
Outros créditos a receber	10	474 402	433 515
Outros ativos financeiros	9	2 000 999	3 501 424
Caixa e depósitos bancários	4	606 870	1 890 204
Total do ativo corrente		3 099 080	5 839 321
Total do ativo		3 124 285	5 839 321
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	12	1 000 000	1 000 000
Reservas legais	12	200 000	200 000
Outras reservas		187 417	187 417
Resultados transitados	12	1 141 092	2 761 894
		2 528 509	4 149 311
Resultado líquido do período		15 511	28 509
Total do capital próprio		2 544 020	4 177 820
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões		9 966	9 966
Total do passivo não corrente		9 966	9 966
PASSIVO CORRENTE:			
Estado e outros entes públicos	18	29 910	51 277
Outras dívidas a pagar	11	537 299	1 600 257
Fornecedores		3 090	-
Total do passivo corrente		570 299	1 651 534
Total do passivo		580 265	1 661 501
Total do capital próprio e do passivo		3 124 285	5 839 321
RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS:			
Fundos de pensões geridos	1 e 20	1 161 312 689	980 619 845

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA O PERÍODO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2019	2018
Vendas e serviços prestados	13	1 823 939	1 758 412
Fornecimentos e serviços externos	14	(1 407 219)	(1 473 169)
Gastos com o pessoal	15	(347 965)	(194 399)
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Outros rendimentos		-	175
Outros gastos	16	(16 859)	(12 930)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		51 896	78 090
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8	(8 576)	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		43 320	78 090
Juros e rendimentos similares obtidos	17	2 101	1 696
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de impostos		45 421	79 786
Imposto sobre o rendimento do período	18	(29 910)	(51 277)
Resultado líquido do período		15 511	28 509
Resultado por ação básico	19	0,08	0,14

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Handwritten signatures of the Board of Directors in blue ink, including the name "João Manuel Almeida" and "João do Nascimento".

SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em Euros)

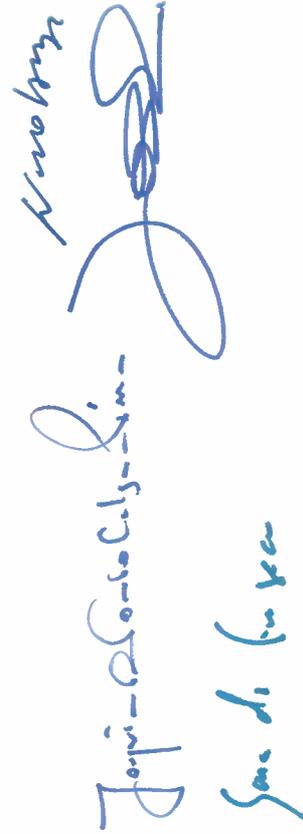
	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldos em 31-12-2017	1 000 000	200 000	187 417	2 758 816	3 078	4 149 311
Aplicação do resultado de 2017	-	-	-	3 078	(3 078)	-
Resultado líquido do período de 2018	-	-	-	-	28 509	28 509
Saldos em 31-12-2018	1 000 000	200 000	187 417	2 761 894	28 509	4 177 820
Aplicação do resultado de 2018	-	-	-	28 509	(28 509)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(1 649 311)	-	(1 649 311)
Resultado líquido do período de 2019	-	-	-	-	15 511	15 511
Saldos em 31-12-2019	1 000 000	200 000	187 417	1 141 092	15 511	2 544 021

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em Euros)

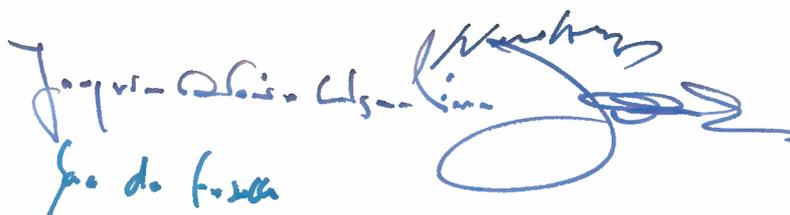
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2019	31/12/2018
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		1 875 076	1 758 412
Pagamentos a fornecedores		(2 534 400)	(1 480 109)
Pagamentos ao pessoal		(308 851)	(408 870)
	Caixa gerada pelas operações	(968 175)	(130 567)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(54 195)	(58 054)
Outros recebimentos/pagamentos		(86 545)	286 400
	Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(1 108 915)	97 779
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		(27 465)	-
Investimentos financeiros		(2 000 000)	(3 500 000)
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		3 500 000	3 500 000
Juros e rendimentos similares		2 526	709
Dividendos		-	-
	Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	1 475 061	709
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(169)	-
Dividendos		(1 649 311)	-
	Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(1 649 480)	-
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(1 283 334)	98 488
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 890 204	1 791 716
Caixa e seus equivalentes no fim do período		606 870	1 890 204

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, constituída por escritura pública de 6 de novembro de 1995.

A Sociedade tem por objeto social a administração, a gestão e a representação de Fundos de Pensões.

Durante o exercício de 2013, a Sociedade foi alienada pela Santander Gestão de Activos, S.G.P.S., S.A. à Santander AM Holding, S.L., uma empresa do Grupo Santander.

Em 28 de dezembro de 2016, ocorreu a fusão por incorporação no Banco Santander S.A. da Santander AM Holding, S.L.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Sociedade era responsável pela gestão dos seguintes Fundos de Pensões:

	Valor patrimonial	
	31/12/2019	31/12/2018
<u>Fundos de pensões fechados:</u>		
Fundo de Pensões Banco Santander Totta, S.A. (BST)	1 160 572 758	979 891 900
<u>Fundos de pensões abertos:</u>		
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	739 932	727 945
	<u>1 161 312 689</u>	<u>980 619 845</u>

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pelo Conselho de Administração 26 de fevereiro de 2020, mas estão ainda pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas convocada para o dia 27 de fevereiro de 2020. No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade estima que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e os seus fluxos de caixa.

As notas que se seguem respeitam os requisitos de divulgação definidos no Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições legais em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e respetivas Normas Interpretativas aplicáveis em 31 de dezembro de 2019.



3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos mantidos pela Sociedade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e respetivas Normas Interpretativas aplicáveis à data da elaboração das demonstrações financeiras.

É expectável que, no decurso do ano de 2020, exista um alinhamento dos negócios de gestão de ativos em Portugal com o modelo adotado noutras geografias em que o Grupo Santander está presente.

É intenção da Administração proceder à transferência da gestão dos Fundos de Pensões, incluindo o Fundo de Pensões do ex-Banif, após a aprovação da transferência para a Sociedade, para a Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A., prevendo-se deste modo, quando tal ocorrer, o esvaziamento da atividade da Sociedade, consequentemente, a respetiva liquidação. Estas alterações estão no entanto sujeitas, nos casos aplicáveis, à aprovação prévia pelas Entidades de Regulação, não sendo assim possível nesta data determinar se as mesmas irão ocorrer ainda em 2020. Desta forma a Administração irá manter o desenvolvimento normal da atividade da Sociedade durante o período que for necessário, mantendo a continuidade das operações.

Os ativos e passivos encontram-se classificados como correntes ou não correntes. Classificam-se como ativos/passivos correntes, os montantes que se espera venham a ser recuperados ou liquidados num período até doze meses após a data do balanço. Classificam-se como ativos/passivos não correntes, os montantes que se espera venham a ser recuperados ou liquidados num período superior a doze meses após a data do balanço.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes em função do período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos fixos tangíveis encontram-se totalmente depreciados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da Sociedade respeitam a *software* e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. O ativo intangível é depreciado pelo método das quotas constantes durante um período de 3 anos.

3.4. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionem com itens registados diretamente no capital próprio, sendo nestes casos igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período. O lucro tributável pode diferir do resultado contabilístico, uma vez que pode excluir diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios futuros, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. No entanto, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Sociedade tenha um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Sociedade tenha a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.5. Instrumentos financeiros

A Sociedade optou por aplicar as Normas IAS 32 – “Instrumentos Financeiros: Apresentação”, IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” e IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações” ao abrigo do parágrafo 2 da NCRF 27 – “Instrumentos Financeiros”. Neste sentido, as políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade no registo e valorização dos seus instrumentos financeiros detalham-se como segue:

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais e correspondem a:

- (i) Outros créditos a receber

Os outros créditos a receber encontram-se registados no ativo ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável e são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são estimadas.

(ii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes na demonstração dos fluxos de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento inferior a 3 meses, para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A Caixa e seus equivalentes e os outros depósitos bancários encontram-se registados no ativo ao custo amortizado.

(iii) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores encontram-se registadas no passivo ao custo amortizado, o qual geralmente não difere do seu valor nominal.

3.6. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento do serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições estejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à prestação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento do serviço à data de relato possa ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método da taxa de juro efetiva desde que seja provável que benefícios económicos futuros fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

Comissões de gestão

Os serviços prestados pela Sociedade aos Fundos que administra são remunerados sob a forma de uma comissão de gestão, a qual é registada na rubrica "Vendas e serviços prestados" da demonstração dos resultados. Esta comissão é faturada trimestralmente e calculada pela aplicação de uma taxa definida nos respetivos regulamento/contrato de gestão dos Fundos sobre o valor médio mensal da carteira dos fundos.

Entende-se por valor médio mensal a média aritmética das valorizações da carteira no último dia do mês desse trimestre.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as taxas anuais de comissão de gestão em vigor na Sociedade relativas aos Fundos de Pensões por si geridos são as seguintes:

Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	0,21%
Fundo de Pensões BST	0,18%

3.7. Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de "Diferimentos", no Ativo ou Passivo, em "Outros créditos a receber (Nota 10) ou em "Outras Dívidas a Pagar" (Nota 11).

3.8. Rubricas extrapatrimoniais

Nestas rubricas é registado o valor patrimonial dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade (Nota 1).

3.9. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*" ou acontecimentos após a data de balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que tenham ocorrido após a data do balanço ("*non adjusting events*" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.10. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras a Sociedade efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

A utilização de estimativas e pressupostos resume-se essencialmente à seguinte área significativa:

Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, são determinados pela Sociedade com base em regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos no pressuposto de existirem resultados e matéria coletável no futuro. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos ativos e passivos.

Da mesma forma, diferentes interpretações da legislação fiscal podem ter impacto sobre os impostos estimados, correntes e diferidos. Nestes casos os valores registados resultam do melhor entendimento da gestão da Sociedade sobre o correto enquadramento fiscal das suas operações.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, o saldo de caixa e seus equivalentes inclui depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (Nota 3.5 (ii)) e detalha-se como segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis:		
Banco Santander Totta, S.A.	<u>606 870</u>	<u>1 890 204</u>

Os depósitos à ordem encontram-se expressos em euros.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No exercício de 2019 não existiu qualquer alteração nas políticas contabilísticas e nas estimativas. Não existe nenhum erro a reportar em 31 de dezembro de 2019.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1. **Identificação de partes relacionadas**

A Sociedade é integralmente detida pelo Banco Santander, S.A. em Espanha pelo que, além do pessoal chave da gestão, as partes relacionadas correspondem às empresas do Grupo Santander e dos fundos de pensões geridos pela sociedade.

6.2. **Membros do Conselho de Administração da Sociedade**

Em 31 de Dezembro de 2019, corresponde aos membros do Conselho de Administração conforme segue:

- Joaquim António Aires Mateus de Calça e Pina;
- José Manuel Neves;
- Nuno Miguel de Oliveira Henriques;
- Lázaro de Lázaro Torres;
- Jack Gustaaf C. Treunen;
- Sara Eusébio da Fonseca.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os custos suportados relativamente à remuneração e outros benefícios de curto prazo atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Sociedade ascenderam a 239 682 euros e 233.687 euros, respetivamente (Nota 15).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em euros)**6.3. Saldos e transações com partes relacionadas**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Sociedade apresentava os seguintes saldos e transações com partes relacionadas:

	31/12/2019						
	Banco Santander Totta	Fundo de Pensões BST	Fundo de Pensões ARE	Santander Asset Management	Santander Tecnologia y Operaciones	Gesban PT	Total
Ativo							
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	606 870	-	-	-	-	-	606 870
Outros ativos financeiros (Nota 9)	2 000 999	-	-	-	-	-	2 000 999
Outros créditos a receber (Nota 10)	-	474 013	389	-	-	-	474 402
	2 607 869	474 013	389	-	-	-	3 082 271
Passivo							
Outras dívidas a pagar (Nota 11)	-	-	-	348 706	-	-	348 706
Rendimentos e gastos							
Serviços prestados (Nota 13)	-	1 822 378	1 561	-	-	-	1 823 939
Fornecimentos e serviços externos (Nota 14)	-	-	-	(1 318 583)	-	(26 568)	(1 345 151)
Gastos com o pessoal	(212 296)	-	-	(145 077)	-	-	(357 373)
Activos intangíveis	-	-	-	-	(27 465)	-	(27 465)
Juros de depósitos a prazo (Nota 17)	2 101	-	-	-	-	-	2 101
	(210 195)	1 822 378	1 561	(1 463 660)	(27 465)	(26 568)	96 052
31/12/2018							
	Banco Santander Totta	Fundo de Pensões BST	Fundo de Pensões ARE	Santander Asset Management	Santander Tecnologia y Operaciones	Gesban PT	Total
Ativo							
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	1 890 204	-	-	-	-	-	1 890 204
Outros ativos financeiros (Nota 9)	3 501 424	-	-	-	-	-	3 501 424
Outros créditos a receber (Nota 10)	-	433 140	375	-	-	-	433 515
	5 391 628	433 140	375	-	-	-	5 825 143
Passivo							
Outras dívidas a pagar (Nota 11)	-	-	-	1 400 320	-	-	1 400 320
Rendimentos e gastos							
Serviços prestados (Nota 13)	-	1 756 909	1 503	-	-	-	1 758 412
Fornecimentos e serviços externos (Nota 14)	-	-	-	(1 400 321)	-	(26 568)	(1 426 889)
Gastos com o pessoal (Nota 15)	(51 567)	-	-	(142 832)	-	-	(194 399)
Juros de depósitos a prazo (Nota 17)	1 696	-	-	-	-	-	1 696
	(49 871)	1 756 909	1 503	(1 543 153)	-	(26 568)	138 820

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício de 2019 a Sociedade procedeu ao abatimento da totalidade dos ativos tangíveis num total de 70.859 euros, que se encontravam totalmente amortizados e em situação de não utilização.

	Saldos em 31/12/2018		Saldos em 31/12/2019	
	Ativo bruto	Amortizações Acumuladas	Ativo bruto	Amortizações Acumuladas
Equipamento administrativo	28 717	28 717	-	-
Equipamento informático	30 578	30 578	-	-
Equipamento de comunicação	3 410	3 410	-	-
Outros	8 154	8 154	-	-
	70 859	70 859	-	-

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em euros)8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2019 encontra-se em depreciação (8.576 euros), a aquisição de software ocorrido no exercício, num total de 33.782 euros, tendo ficado com o valor líquido de 25.205 euros no final de 2019. Em 2018, os ativos intangíveis, num total de 29.499 euros, que se encontravam totalmente amortizados, foram na totalidade abatidos.

	Saldos em 31/12/2018			Saldos em 31/12/2019		
	Ativo bruto	Amortizações Acumuladas	Adições	Ativo bruto	Amortizações Acumuladas	Ativo líquido
Despesas Investigação e desenvolvimento	29 499	29 499	33 781	33 781	8 576	25 205
	29 499	29 499	33 781	33 781	8 576	25 205

9. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo desta rubrica correspondia a depósitos a prazo e apresentava a seguinte composição:

31/12/2019						
Entidade	Moeda	Maturidade	Taxa de juro	Montante nominal	Juros corridos	Montante total
BST	EUR	23 de janeiro de 2020	0,10%	1 000 000	953	1 000 953
BST	EUR	22 de julho de 2020	0,01%	1 000 000	46	1 000 046
				2 000 000	999	2 000 999

31/12/2018						
Entidade	Moeda	Maturidade	Taxa de juro	Montante nominal	Juros corridos	Montante total
BST	EUR	23 de janeiro de 2019	0,02%	1 000 000	191	1 000 191
BST	EUR	28 de junho de 2019	0,1%	1 500 000	775	1 500 775
BST	EUR	19 de julho de 2019	0,1%	1 000 000	458	1 000 458
				3 500 000	1 424	3 501 424

10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo da rubrica "Outros créditos a receber" apresentava a seguinte composição:

	31/12/2019	31/12/2018
Comissões de gestão (4º trimestre)		
Fundo de Pensões BST	474 013	433 140
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	389	375
	474 402	433 515

11. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo da rubrica “Outras dívidas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Credores por acréscimos de gastos:		
Comissão a pagar à Santander Asset Management:		
Comissão de gestão	337 188	1 270 685
Comissão adicional	11 518	129 635
Serviços obtidos e não faturados	64 363	56 597
Prémios a pagar	124 230	143 340
	<u>537 299</u>	<u>1 600 257</u>

Em 18 de dezembro de 2015 a Sociedade celebrou com a Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (SAM) um contrato mediante o qual a Sociedade atribuiu à SAM um mandato para a gestão dos ativos dos fundos de pensões que se encontravam sob a sua gestão. Este contrato define uma remuneração anual a pagar pela Sociedade como contrapartida dos serviços de gestão de ativos prestados pela SAM correspondente a 0,13% sobre o montante total médio de ativos no final de cada mês (“Comissão de gestão”), com início em janeiro de 2015.

Adicionalmente, conforme previsto no contrato celebrado com a SAM acima referido, para além das comissões de gestão acima referidas, a Sociedade passou a pagar à SAM uma remuneração anual adicional pelos serviços prestados equivalente às receitas brutas auferidas relativamente à gestão dos ativos dos fundos de pensões, deduzidas de todas as despesas suportadas relacionadas com essa atividade, bem como quaisquer taxas, impostos ou despesas impostas por obrigações regulatórias ou legais (“Comissão adicional”).

Em 31 de dezembro de 2019 estavam por pagar o último trimestre das “Comissões de gestão” e da “Comissão adicional” relativas ao exercício de 2019, as quais foram liquidadas em janeiro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2018 estavam por pagar a totalidade das “Comissões de gestão” e da “Comissão adicional” relativas ao exercício de 2018, as quais foram liquidadas em janeiro de 2019.

A rubrica “Prémios a pagar” respeita essencialmente aos prémios a pagar aos órgãos de administração da Sociedade pelo seu desempenho nos exercícios 2016, 2017, 2018 e 2019.

12. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social da Sociedade estava representado por 200.000 ações com um valor nominal de cinco euros cada, sendo detido na totalidade pelo Banco Santander S.A. e encontrava-se integralmente realizado.

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta atinja 20% do capital social. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital social ou para cobertura de prejuízos da Sociedade, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 27 de março de 2019, foi decidido e aprovado que o resultado líquido do exercício de 2018, no montante de 28.509 euros, fosse integralmente aplicado em resultados transitados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em euros)

Na mesma Assembleia Geral de Acionistas, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de 1.649.311 euros, pela utilização do excedente na conta de Resultados Transitados. Encontrando-se verificados os requisitos legais para a distribuição dos dividendos ora aprovados, mais se informa que a mesma foi comunicada previamente à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de fevereiro de 2020, foi proposto que o resultado líquido do exercício de 2019, no montante de 15.511 euros, fosse integralmente aplicado em resultados transitados.

13. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito reconhecido pela Sociedade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhado como se segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Comissões de gestão:</u>		
Fundo de Pensões BST	1.822.378	1.756.909
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	1.561	1.503
	<u>1.823.939</u>	<u>1.758.412</u>

14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhada como se segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prestação de serviços profissionais		
Gestão das carteiras dos fundos de pensões (Nota 11)	1 318 583	1 400 321
Contabilidade	26 568	26 568
Auditoria, consultoria e outros serviços	52 440	36 039
Outros trabalhos especializados	9 548	4 305
Outros	80	5 936
	<u>1 407 219</u>	<u>1 473 169</u>

Nos exercícios de 2019 e 2018, a rubrica "Contabilidade" refere-se aos serviços de contabilidade prestados pela Gesban Servicios Administrativos Globales SA, sucursal em Portugal (Gesban PT).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em euros)Revisor Oficial de Contas

Os honorários acordados com o Revisor Oficial de contas, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda para os exercícios de 2019 e 2018, de acordo com o disposto no art.º 66-A do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Revisão legal das contas anuais (i)	13 765	13 528
Outros Serviços de garantia de fiabilidade (i)	3 440	3 383
	<u>17 205</u>	<u>16 911</u>

(i) Valores faturados e cobrados sem IVA e sem despesas.

15. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhada como se segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Remuneração dos órgãos sociais	141 557	112 979
Prémios e incentivos aos órgãos sociais	140 427	7 080
Encargos com os órgãos sociais	34 427	17 614
Outras gratificações	-	-
	<u>316 411</u>	<u>137 673</u>
Remuneração do pessoal	22 691	43 629
Prémios e incentivos ao pessoal	2 008	1 951
Encargos sobre as remunerações	3 539	5 945
Contribuições para o plano de contribuição definida	-	2 070
Seguros de acidentes de trabalho, doença e vida	37	41
Outros benefícios	3 279	3 090
	<u>31 554</u>	<u>56 726</u>
	<u>347 965</u>	<u>194 399</u>

A Sociedade recorre a colaboradores cedidos provenientes de outras entidades do Grupo.

Os prémios e incentivos aos órgãos sociais apresentam um saldo superior ao de 2018 decorrente do acerto, realizado em 2019, ao acréscimo registado em anos anteriores que se revelou insuficiente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em euros)Órgão de Fiscalização

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as remunerações dos membros do Conselho Fiscal podem ser resumidas como se segue:

2019

<u>Nome</u>	<u>Cargo</u>	<u>Remuneração Fixa</u>
PKF & Associados, SROC, Lda., representada por Paulo Jorge Macedo Gamboa	Presidente	7 000
Rui Alexandre Estrelinha da Silva Glória	Vogal	5 000
José Francisco Antunes Rodrigues	Vogal	5 000
		<u>17 000</u>

2018

<u>Nome</u>	<u>Cargo</u>	<u>Remuneração Fixa</u>
PKF & Associados, SROC, Lda., representada por Paulo Jorge Macedo Gamboa	Presidente	5 000
Rui Alexandre Estrelinha da Silva Glória	Vogal	3 000
Salomé Martins Ventura da Silva Oliveira	Vogal	5 000
José de Sousa Santos	Suplente	-
		<u>13 000</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em euros)

Nos termos do Aviso 10/2011 do Banco de Portugal de 29 de dezembro, presta-se informação relativamente às remunerações auferidas em 2019 e 2018, pelos membros do Conselho de Administração:

	2019	2018	
Remuneração fixa:			
Joaquim Calça e Pina	68.208	68.112	
José Neves	55.977	55.977	
	<u>124.185</u>	<u>124.089</u>	
Remuneração variável:			
Atribuída em 2019 e paga em 2020			
Joaquim Calça e Pina	16 200	-	3 769
José Neves	12 720	-	2 960
	<u>28 920</u>	<u>-</u>	<u>6 729</u>
Atribuída em 2019 e a diferir por 3 anos			
Joaquim Calça e Pina	10 800	-	2 513
José Neves	8 481	-	1 973
	<u>19 281</u>	<u>-</u>	<u>4 486</u>
Atribuída em anos anteriores e paga no ano			
Joaquim Calça e Pina	8 004	-	1 613
José Neves	8 933	-	1 818
	<u>16 937</u>	<u>-</u>	<u>3 431</u>
Atribuída em anos anteriores a diferir			
Joaquim Calça e Pina	8 798	5 760	1 547
José Neves	9 333	5 692	1 650
	<u>18 131</u>	<u>11 452</u>	<u>3 197</u>

16. OUTROS GASTOS

A rubrica de "Outros gastos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhada como se segue:

	2019	2018
Outros gastos:		
Quotizações	16 027	10 000
Insuficiência de estimativa de imposto	288	2 930
Outros	544	-
	<u>16 859</u>	<u>12 930</u>

17. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são detalhados como se segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Juros obtidos		
Depósitos a prazo (Notas 6.3)	<u>2.101</u>	<u>1.696</u>

18. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A tributação dos lucros da Sociedade para o ano de 2019 e 2018 é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável;
- Derrama municipal a uma taxa de 1,5% sobre o lucro tributável; e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:

- Menor do que 1.500.000 euros	0%;
- Entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros	3%;
- Entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros	5%;
- Maior do que 35.000.000 euros	9%

De acordo com o artigo 63º do Código do IRC relativo às regras sobre preços de transferência, nas operações comerciais, incluindo, designadamente, operações ou séries de operações sobre bens, direitos ou serviços, bem como nas operações financeiras efetuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, devem ser contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. O não cumprimento das regras de preços de transferência em questão nas operações efetuadas entre o sujeito passivo e qualquer outra entidade sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, poderá dar origem a correções para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um exercício de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham sido gerados prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade relativas aos exercícios de 2016 a 2019 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais.

No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em euros)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas				
Estimativa de imposto	-	29 910	-	51 277
Pagamentos por conta	16 809	-	14 178	-
	<u>16 809</u>	<u>29 910</u>	<u>14 178</u>	<u>51 277</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC verificada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 pode ser demonstrada como se segue:

	2019		2018	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		45 422		79 786
Imposto apurado com base na taxa nominal	21,00%	9 617	21,00%	16 755
Ajustamentos ao lucro tributável	0,00%	-	1,50%	1 197
Derrama	1,50%	687	0,83%	659
Tributações autónomas	43,16%	19 606	40,94%	32 666
Taxa efetiva		<u>29 910</u>	64,27%	<u>51 277</u>

19. RESULTADOS POR AÇÃO BÁSICO

Os resultados básicos por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram determinados conforme se segue:

	2019	2018
Resultado líquido do exercício	15.511	28.509
Número médio ponderado de ações em circulação no exercício (Nota 12)	200.000	200.000
Resultados básicos por ação	<u>0,08</u>	<u>0,14</u>

Não é aplicável o conceito de resultados por ação diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

20. RESPONSABILIDADES EXTRAPATRIMONIAIS

	Valor patrimonial	
	31/12/2019	31/12/2018
<u>Fundos de pensões fechados:</u>		
Fundo de Pensões Banco Santander Totta, S.A. (BST)	1 160 572 758	979 891 900
<u>Fundos de pensões abertos:</u>		
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	739 932	727 945
	<u>1 161 312 689</u>	<u>980 619 845</u>

21. JUSTO VALOR E RISCOS FINANCEIROSJusto valor

No apuramento do justo valor dos ativos financeiros mantidos ao custo amortizado com referência a 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Sociedade considera que dada a sua natureza de curto prazo, o valor de balanço dos mesmos constitui uma boa aproximação do seu justo valor nessas datas.

	31/12/2019				Valor de balanço tota
	Custo amortizado	Técnicas de valorização			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	606 870	-	-	-	606 870
Outros ativos financeiros (Nota 9)	2 000 999	-	-	-	2 000 999
	<u>2 607 869</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2 607 869</u>

	31/12/2018				Valor de balanço tota
	Custo amortizado	Técnicas de valorização			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	1 890 204	-	-	-	1 890 204
Outros ativos financeiros (Nota 9)	3 501 424	-	-	-	3 501 424
	<u>5 391 628</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5 391 628</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao justo valor pode ser resumida como se segue:

O quadro acima agrupa os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor em três níveis, a saber:

- ✓ Nível 1: Instrumentos financeiros cujo justo valor é observável em mercado ativo (cotações).
- ✓ Nível 2: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de inputs observáveis em mercado ativo.
- ✓ Nível 3: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas internas de valorização de desconto de fluxos de caixa previsionais em que determinados *inputs* não correspondem a dados observáveis no mercado.

Risco de crédito

A Sociedade não se encontra significativamente exposta ao risco de crédito, uma vez que esta atividade não lhe é permitida. O risco de crédito é apenas aplicável às suas aplicações financeiras que correspondem, essencialmente, a depósitos à ordem e a prazo domiciliados no Banco Santander Totta, S.A. (Nota 4) e aos outros créditos a receber, nomeadamente comissões de gestão dos fundos de pensões ainda não recebidas.

Risco de taxa de juro

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de taxa de juro em virtude de não recorrer a *funding*.

Risco de liquidez

A Sociedade detém normalmente elevados níveis de liquidez. De fato, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as rubricas de "Caixa e depósitos bancários" e "Outros ativos financeiros" ascendiam a 2.607.869 euros (aproximadamente a 83% do ativo líquido) e a 5.391.628 euros (aproximadamente a 92% do ativo líquido), respetivamente. De referir ainda que a Sociedade aplica os seus excedentes de tesouraria em contas de depósitos à ordem e a prazo junto do Banco Santander Totta S.A..

Risco de mercado

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não tem exposição significativa ao risco de mercado.

Risco cambial

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco cambial. De referir que os ativos da Sociedade correspondem, essencialmente, a depósitos à ordem, depósitos a prazo e contas a receber denominados em euros.

22. CONSOLIDAÇÃO

As contas da Sociedade relativas ao exercício de 2019 e 2018 são consolidadas pelo Banco Santander S.A. com sede em Boadilla del Monte, Avenida de Cantábria S/N – Ciudad Grupo Santander, a qual detém 100% do capital da Sociedade.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data de emissão destas demonstrações financeiras, não foram recebidas novas informações acerca de condições que existam à data do balanço e que dessem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (a Sociedade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 3.124.285 euros e um total de capital próprio de 2.544.020 euros, incluindo um resultado líquido de 15.511 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 dos fundos de pensões (“Fundos”), por cuja gestão a Sociedade era responsável àquela data, foram auditadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que oportunamente emitiu a Certificação Legal das Contas, sem reservas, de cada um dos Fundos. Nas circunstâncias, salientamos que a nossa análise do potencial impacto para as demonstrações financeiras da Sociedade de eventuais ocorrências ao nível dos Fundos, baseou-se nas informações obtidas do órgão de gestão da Sociedade, na qualidade de sociedade gestora, do órgão de fiscalização e do auditor dos Fundos, assim como na análise da Certificação Legal das Contas de cada um dos Fundos por este emitidas.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Sociedade, não identificámos incorreções materiais.

27 de fevereiro de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:


Isabel Maria Martins Medeiros Rodrigues, R.O.C.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Senhores Acionistas da

SANTANDER PENSÕES - Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.

1. Nos termos da Lei e em conformidade com o mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora por nós desenvolvida bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da **SANTANDER PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.** (Sociedade) relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
2. No período em que estivemos em funções acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Sociedade, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obtivemos do Conselho de Administração e dos diversos Serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.
3. No âmbito das nossas funções, examinámos as demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2019, as quais compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa, bem como o respetivo anexo, que inclui as políticas contabilísticas, os critérios de reconhecimento e os juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas adotados.
4. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2019 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluído.
5. Obtivemos ainda os relatórios existentes nesta data das funções de *compliance*, gestão de risco e auditoria interna. Procedemos à leitura das atas do Conselho de Administração e da Assembleia Geral.

- 
- 
6. Reunimos com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas PricewaterhouseCoopers, SROC, Lda., da qual obtivemos todos os esclarecimentos necessários à compreensão das Demonstrações Financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2019, bem como do trabalho que foi desenvolvido. Analisámos o conteúdo da Certificação Legal das Contas, por si emitida nesta data, com a qual concordamos e damos aqui como integralmente reproduzida.
 7. Analisámos os Relatórios Adicionais ao Órgão de Fiscalização preparados pelo Revisor Oficial de Contas dos Fundos geridos pela Sociedade, os quais referem não terem sido identificados eventos ou condições no decurso do trabalho de auditoria que tenham suscitado dúvidas significativas quanto à capacidade dos Fundos prosseguirem as operações em continuidade, nem foram identificadas deficiências significativas do sistema de controlo interno e/ou do sistema de contabilidade dos Fundos. Tomámos conhecimento das Certificações Legais das Contas dos Fundos, as quais não apresentam quaisquer reservas ou ênfases.
 8. Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado e as conclusões da Certificação Legal das Contas, somos de parecer que a Assembleia Geral:
 - a. Aprove o Relatório de Gestão relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019,
 - b. Aprove as Contas relativas a esse exercício, e
 - c. Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados obtidos nesse mesmo exercício.

9. Desejamos finalmente expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração, a todos os Colaboradores da Sociedade e ao Revisor Oficial de Contas, pela colaboração que nos foi prestada.

Lisboa, 27 de março de 2020

O Conselho Fiscal



Presidente:
PKF & Associados – SROC, Lda.
Representada por Paulo Jorge Macedo Gamboa



Rui Alexandre Estrelinha da Silva Glória
Vogal



José Francisco Antunes Rodrigues
Vogal

